



Adroaldo Streck (PSDB) e Genoíno (PT) abordam o presidente Ibsen Pinheiro na Câmara

PT e PDT param orçamento CORREIO BRAZILIENSE e ameaçam impedir recesso

O PT e o PDT estão começando a articular uma tática para impedir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevista para entrar em pauta na sessão de terça-feira do Congresso, caso os projetos de política salarial e salário mínimo não sejam apreciados no plenário da Câmara dos Deputados. A obstrução poderá provocar o adiamento do início do recesso parlamentar, a partir de 1º de julho. Os petistas receberão recomendação do líder José Genoíno (SP) para trabalharem com a expectativa de permanecer em Brasília até 10 de julho.

Esses dois projetos, considerados prioritários para petistas e pedetistas, são de autoria da Comissão de Trabalho mas não estão na classificação de urgência-urgentíssima. Entretanto, quando se trata de projeto de autoria de Comissão, tornam-se prioritários,

embora não possam passar à frente dos que tramitam em regime de urgência. Isto significa que precisarão aguardar a votação de, pelo menos, seis projetos nesta condição. E, como PT e PDT pretendem incluí-los na pauta de votações da Câmara, a arma política será obstruir qualquer tentativa de apreciação da LDO, que impede o início do recesso enquanto não for votada.

Segundo o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), serão colocados em votação, antes do recesso, apenas os projetos que receberam a urgência-urgentíssima das lideranças. Estão incluídos projetos como o do inquilinato, incentivos fiscais, informática e o que estabelece limites de isenção do IPI, todos polêmicos. No Congresso, além da LDO, deverá haver a votação da Medida Provisória 296,

que concede reajustes salariais aos servidores públicos. Dependendo do encaminhamento desta votação, também poderá entrar em votação na Câmara o projeto de Lei 910, que trata sobre o mesmo assunto.

Com a decisão de colocar em pauta apenas os projetos em regime de urgência, ficaram para o próximo semestre os projetos de organização sindical, Lei de Propriedade Industrial, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Sistema Financeiro Nacional, Lei Eleitoral, e o projeto sobre os portos e que determina impostos para as grandes fortunas. É provável que no final de semana que antecede o recesso (dias 29 e 30 de julho), haja esforço concentrado com sessões para votação dessas matérias pendentes, previstas por Ibsen Pinheiro.